

Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão**ATA DE REUNIÃO Nº 03/2026****Data:** 10/08/2026**Horário:** 14h00 – 15h00**Modalidade:** Virtual**Local:** Microsoft Teams**Objeto:** Reunião da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão

PARTICIPANTES			
NOME	MATRÍCULA	CARGO	UNIDADE
Dr. Wildemberg Ferreira de Sousa	10267	Juiz – Supervisor da Comissão	Corregedoria Geral da Justiça
Liana Costa de Sousa	52895	Servidora – Coordenadora da Comissão	Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoal
Francisco Marcelo Fontenele Braga	7834	Servidor – Membro da Comissão	Coordenadoria de Estratégia
Eduardo William de Castro Tavares	54105	Servidor – Membro da Comissão	Coordenadoria de Apoio à Governança
Nara Célia Rolim Costa	22577	Servidora – Membro da Comissão	Gerência de Planejamento e Infraestrutura
Edson Viana Gomes	11838	Servidor – Membro da Comissão	Assessoria de Comunicação Social

Daniel Melo de Cordeiro	4487	Servidor – Membro da Comissão	Central de Cumprimento de Mandados judiciais da Comarca de Fortaleza
Lucas Macário Oliveira de Queiroz	50249	Servidor – Membro da Comissão	GADES – Francisco Bezerra Cavalcante
Paulo Avelar Matos Moreira	22667	Servidor - Convidado	Coordenadoria de Apoio às Comissões e Comitês
Laís Silvestre Ferreira Frota	904927	Colaboradora - Convidada	Coordenadoria de Apoio às Comissões e Comitês

PAUTA

- Participação no fórum/seminário de acessibilidade promovido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN);
- Aplicação de formulário sobre acessibilidade, percepção e condições de trabalho dos(as) servidores(as) com deficiência;
- Proposta de capacitação sobre direitos, acessibilidade e adaptações razoáveis no âmbito do TJCE;
- Acompanhamento de proposta de parceria com coletivo autista de universidade federal;
- Composição da Comissão e possível publicação de nova resolução do CNJ sobre acessibilidade;
- Discussão sobre auxílio saúde e eventual inclusão de insumos e órteses por pessoas com deficiência.

PRINCIPAIS ASSUNTOS ABORDADOS/DELIBERAÇÕES

1. Inicialmente, foi apresentado o Coordenador, em respondência, da Coordenadoria de apoio às Comissões e Comitês, Paulo Avelar Matos Moreira.
2. Em seguida, foi discutida a participação da Comissão no fórum/seminário de acessibilidade organizado pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, destinado à reunião de núcleos e comissões de acessibilidade dos Tribunais de Justiça estaduais

do Nordeste. Foi registrado que o evento ocorrerá de forma virtual e que a próxima reunião preparatória está prevista para 9 de setembro de 2026. Os membros Lucas Macário e Daniel Melo, indicados para representar a Comissão, relataram a dinâmica do evento e a necessidade de preparação de um esboço da apresentação do TJCE.

3. Quanto à apresentação institucional do TJCE, deliberou-se, a princípio, pela divulgação de boas práticas e iniciativas de acessibilidade já desenvolvidas pelo Tribunal, com destaque para o convênio com a APADA, os projetos “Justiça de Olhos Abertos” e “Justiça em Libras”, além de outras ações e estruturas acessíveis. Lucas Macário e Daniel Melo ficarão responsáveis pela organização do material, com apoio da Comissão e da Assessoria de Comunicação. A participação da Presidência ou de representante institucional poderá ser avaliada posteriormente, caso se mostre pertinente.
4. Discutiu-se a aplicação de formulário destinado a colher a percepção dos(as) servidores(as) com deficiência acerca das condições de acessibilidade e inclusão nas unidades do TJCE. Ressaltou-se que a iniciativa não pretende constituir diagnóstico institucional, mas levantamento inicial destinado a subsidiar futuras ações da Comissão. O formulário deverá ser adaptado do modelo anteriormente utilizado, com atenção especial à preservação do anonimato dos respondentes e à segurança das informações.
5. Foi proposta a aplicação do formulário no período de 21 de setembro a 21 de outubro de 2026, em referência ao Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, com posterior tabulação dos dados durante o final de outubro e o mês de novembro, para divulgação dos resultados na semana do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, em 3 de dezembro. A Comissão considerou a proposta como uma possível entrega institucional do colegiado.
6. Também foi debatida a possibilidade de realização de curso voltado ao público interno, não restrito a pessoas com deficiência, com foco nas políticas de acessibilidade e nos direitos relacionados ao teletrabalho, à redução de jornada e às adaptações razoáveis. A proposta prevê curso de curta duração, em dois encontros de duas horas, com possibilidade de realização na última semana de setembro ou, conforme a organização, em outubro. Deliberou-se pelo encaminhamento de ofício e projeto pedagógico à unidade responsável pela capacitação, para análise de viabilidade e definição das datas.

7. Na sequência, foi apresentado o andamento do processo relativo à proposta de parceria entre o TJCE e coletivo autista vinculado a universidade federal, voltada à reunião e divulgação de boas práticas relacionadas a pessoas autistas adultas, inclusive com menor necessidade de suporte. Informou-se que o Laboratório de Inovação (LabLuz) conduzirá o processo, com apoio da Comissão quando necessário. A proposta contempla, entre outros pontos, o desenvolvimento de módulo integrado ao PJe. Registraram-se, ainda, preocupações quanto às implicações institucionais e jurídicas da iniciativa, especialmente em relação à possibilidade de litigância sem assistência profissional. O processo permanecerá em acompanhamento pela Comissão.
8. Foi discutida a composição da Comissão diante da saída de servidora com deficiência e da possibilidade de publicação de nova resolução do CNJ sobre acessibilidade. Considerou-se a conveniência de aguardar informações mais concretas sobre a nova regulamentação antes de promover eventual edital para preenchimento de vaga, tendo em vista a possibilidade de alteração da estrutura atualmente existente. O Supervisor da Comissão, Dr. Wildemberg Ferreira de Sousa, informou que buscará informações sobre a previsão de publicação da nova resolução em evento do qual participará, para posterior deliberação do colegiado.
9. Ressaltou-se que, caso seja instituída nova composição da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão com participação de pessoas com deficiência, deverá ser assegurada ampla divulgação interna do processo de escolha, de modo a possibilitar participação transparente dos(as) servidores(as) interessados(as). Também foi observada a possibilidade de realização de reunião extraordinária com a gestão, caso a nova regulamentação seja publicada e demande providências relativas à estrutura, orçamento e lotação.
10. Ao final, foi discutida a possibilidade de ampliar a cobertura do auxílio-saúde para contemplar determinados insumos e órteses utilizados por pessoas com deficiência e/ou por dependentes nessa condição. Considerando que o crédito do auxílio foi recentemente reajustado, entendeu-se pertinente estudar a possibilidade de alteração da regulamentação vigente, sem modificação do teto do benefício, tomando como referência experiências de outros Tribunais e buscando fundamentação técnica para

eventual proposta. O tema deverá ser aprofundado e incluído na pauta de reunião futura.

COMPROMISSOS GERADOS

DESCRIÇÃO	PRAZO/ STATUS	RESPONSÁVEL
Preparar esboço da apresentação do TJCE para o fórum/seminário de acessibilidade do TJRN.	Antes da reunião de 09/09/2026	Lucas Macário e Daniel Melo, com apoio da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão
Organizar material sobre boas práticas de acessibilidade do TJCE, incluindo iniciativas de comunicação acessível.	Antes da apresentação	Lucas Macário / Daniel Melo / apoio da ASCOM
Finalizar e revisar o formulário de percepção sobre acessibilidade, com atenção à anonimização das respostas.	Antes de 21/09/2026	Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão
Providenciar os dados atualizados de servidores(as) com deficiência necessários à preparação da aplicação do formulário.	A definir	Liana / Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão
Preparar e encaminhar ofício e projeto pedagógico do curso sobre direitos e acessibilidade.	Última semana de setembro de 2026, conforme viabilidade	Lucas Macário e Liana
Acompanhar o processo de parceria com o coletivo autista e prestar apoio ao LabLuz quando necessário.	Contínuo	Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão / LabLuz
Buscar informações sobre a previsão da nova resolução do CNJ sobre acessibilidade e apresentar ao colegiado.	Após o evento de 24/08/2026	Dr. Wildemberg Ferreira de Sousa
Estudar tecnicamente a possibilidade de inclusão de insumos e órteses de pessoas com deficiência no auxílio-saúde e avaliar experiências de outros Tribunais.	Para reunião futura	Daniel Melo e Lucas Macário, com apoio da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão

APROVAÇÕES

A análise e as considerações dos participantes, bem como suas manifestações de acréscimos e/ou correções, deverão ser enviadas até o dia **01/09/2026** para o seguinte endereço de e-mail: comissoes@tjce.jus.br. Aqueles que não emitirem pronunciamento no período estabelecido estarão, consequentemente, aprovando a Ata.